

Política local e museologia: reflexões sobre a problemática da acção social dos museus inclusivos.

Hélène Besançon

Resumo

Este artigo tem como objectivo apresentar as constatações, descobertas e considerações oriundas da nossa dissertação de mestrado cujo objectivo foi caracterizar a política patrimonial no Concelho de Cascais, estudando os seus museus, tentando, igualmente, abordar esta política na perspectiva da museologia social, no âmbito da qual o museu desempenha uma função inclusiva, e de sublinhar a questão da inclusão sociocultural através da utilização do património. Tera uma tal política todos os meios de ser aplicada? Ao considerar uma realidade local, o estudo coloca a questão da realização de políticas patrimoniais, com a sua indispensável vertente social, e o papel que os museus podem desempenhar neste contexto. Apela a respostas em termos de colocação em prática de modos de funcionamento e de estratégias que deveram fazer o objecto de futuras investigações.

Palavras-chave: política patrimonial; Museus; Inclusão sociocultural; Práticas; Estratégias

Apresentação do estudo

Há mais de uma dezena de anos que a função social do museu adquiriu novas dimensões, e a relação da sociedade com a cultura testemunhou uma mudança profunda, chamando a atenção para novas problemáticas relativamente ao papel social da cultura. A museologia torna-se num recurso das políticas culturais num contexto de lógica de expansão e de criação de novos valores, e no

âmbito do reforço dos valores culturais locais (Primo, 2006). Assim sendo, o museu é considerado como um espaço de acção política que situa a acção cultural como um factor de desenvolvimento social e económico, e o museu como um instrumento de inclusão social (Ibid). No entanto, existem obstáculos à colocação em prática de tal instrumento, que resultam da própria noção de política cultural, cujas práticas políticas variam ao longo dos tempos e de acordo com os contextos em que se inserem.

No âmbito da nossa dissertação de mestrado em museologia¹ foi realizado um estudo com o objectivo caracterizar a política museológica, com base na utilização do património no Concelho de Cascais. Este estudo tentou, igualmente, abordar esta política na perspectiva da museologia social, no âmbito da qual o museu desempenha uma função inclusiva, e de sublinhar a questão da inclusão sociocultural através da utilização do património.

O estudo foi efectuado num período de cinco meses e revelou dezoito processos museológicos no Concelho, sete projectos e três processos que deixaram de existir. Incluímos nesta lista os espaços que correspondem à definição de museu adoptada pelo Comité Internacional de Museus (ICOM), esta que serve de referência para as instituições governativas e para as comunidades. O termo genérico “museu” aplica-se não apenas aos museus, mas também aos centros de exposições e aos locais de interpretação.

A metodologia utilizada incluiu as pesquisas bibliográficas para a documentação aprofundada do assunto, e os questionários e as entrevistas efectuados quer com base num questionário quer de forma semi-aberta, um trabalho de observação com as visitas aos museus e locais para o inquérito no terreno.

Constatações

O presidente a Câmara Municipal de Cascais defende a requalificação de um território devastado por uma urbanização excessiva e desordenada, pela valorização do património arquitectónico e histórico-cultural, e pela consolidação e a criação de

¹ *Concelho de Cascais : stratégies de gestion du patrimoine et inclusion socioculturelle.* (2010). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

infraestruturas culturais. O autarca chama também a construção duma sociedade na qual a informação e o conhecimento desempenham um papel central para o exercício duma cidadania responsável. Este discurso, como um emotivo atraiu a minha atenção: falar de requalificar um território, alvo de elevadíssima avidez demonstrava no meu sentido uma toma de consciência e uma coragem política interessantes. Ter em vista e propor um desenvolvimento sustentável do território, concientizar e responsabilizar as colectividades são de facto objectivos qualitativos que vão além da implementação de actividades turísticas ou de tornar-se num extenso dormitório da capital do país.

As práticas patrimoniais devem assim estar estabelecidas para ordenar o sector do património incluindo acções de conservação, mas também para a sua valorização e a sua utilização turística e social. As tendências museológicas oriundas das reflexões da década de setenta permitem a implementação de novos paradigmas tal como a integração das noções de património cultural e de património natural, o papel distintivo do património entendido como elemento essencial da definição, a identificação e o reforço da personalidade colectiva das comunidades, o papel dinamizador dos museus no domínio socioeconómico (Ballart & Tresseras, 2001). Nesta museologia activa, o museu tem uma função social já que deve promover também uma abordagem integral da gestão do património.

E assim que em nosso estudo de caso, o exame do instrumento de gestão, da localização, da tipologia, das funções e programações dos processos e projectos museológicos e o estudo da actuação dos serviços educativos permite inicialmente descrever a política patrimonial, e depois de analisar se a utilização do património privilegia uma abordagem da inclusão sociocultural das colectividades.

A questão da tutela evidenciou um instrumento de gestão que traduz uma política local aplicada de acesso à cultura e educação para a população do Concelho, o que implica medidas administrativas envolvendo a Autarquia na maioria dos processos e projectos.

Para compreender esta situação, é necessário analisar e examinar as características dos órgãos de gestão do Concelho de Cascais e da sua política cultural.

Antes de 1986, a Câmara Municipal de Cascais (CMC) não possuía uma acção contínua em matéria de cultura. Com a entrada em funções da nova equipa do PSD, em 1986, é colocada em prática uma estratégia de intervenção com base nos seguintes objectivos: a necessidade de dinamizar as estruturas municipais nos domínios da educação, da juventude, da cultura e do desporto, intervir de forma determinante no processo educativo visando a promoção do sucesso, levar a cabo a dinamização cultural e desportiva nas escolas e na comunidade, dinamizar de forma eficaz a preservação do património histórico-cultural, e promover uma gestão ajustada das instalações.

Os serviços municipais foram reorganizados para cumprir estas tarefas nomeadamente através da:

- criação de um Serviço da Cultura e Desporto,
- institucionalização da biblioteca como uma entidade independente,
separada do Museu-Biblioteca Condes de Castro Guimarães,
- remodelação do Museu do Mar,
- criação da Casa Verdades de Faria – Museu de Música Portuguesa,
- reformulação da Comissão do Património Histórico-Cultural,
- criação do Gabinete de Arqueologia,
- criação do Gabinete de Salvaguarda do Património,
- criação do Arquivo Histórico Municipal de Cascais.

Desta forma, os museus surgem como instrumentos desta estratégia.

Em 1990, o Vereador do Pelouro da Cultura da CMC faz o balanço de cinco anos de gestão, e sublinha o aumento significativo da produção cultural no Município, o incremento dos meios financeiros atribuídos à cultura, bem como dos recursos humanos. Adicionalmente, apresenta os desafios que se colocam à CMC: uma planificação estratégica do desenvolvimento cultural do Município, e o desenvolvimento das iniciativas culturais (Arquivo de Cascais Boletim cultural do município nº 9, 1990).

Em 1993, a Câmara passa a ser gerida por uma equipa do PS, e é confirmada a permanência desta estratégia, bem como do apoio aos projectos de investigação histórica no concelho e à valorização do património cultural local. Os objectivos desta política são: a criação de uma dinâmica cultural ao longo do ano, a diversificação dos públicos e a criação de uma rede de equipamentos culturais para dar resposta à procura (Lima dos Santos, Lima & Neves, 2005).

As iniciativas empreendidas foram:

- a criação do Centro Cultural de Cascais no centro histórico,
- a renovação do auditório Fernando Lopes-Graça,
- a criação de uma rede de bibliotecas públicas,
- a criação do Espaço Memória dos Exílios no Estoril,
- o impulso dado à política editorial e a criação de uma livraria municipal,
- a participação na criação do Instituto da Cultura e das Ciências Sociais (ICES) e da Fundação D. Luís I (FDL).

Em 2001, uma equipa PSD/PS ganha as eleições municipais. Lima dos Santos sublinha a continuidade dos projectos e orientações da política cultural. As novas linhas de acção dizem respeito ao património arquitectónico, histórico e cultural, a articulação entre a cultura e a educação, a garantia da qualidade das iniciativas, a correcção das assimetrias da distribuição geográfica dos equipamentos culturais.

Em 1996, a CMC tinha autonomizado o seu domínio de acção cultural, através da criação de um Departamento da Cultura (DEC), com uma Divisão da Cultura e uma Divisão do Património Histórico e Cultural, substituídas em 1998 por três divisões: a Divisão de Promoção e Animação Cultural (DPAC), a Divisão de Biblioteca e Arquivo Histórico (DBAH), e a Divisão do Património Histórico e Cultural (DPAT). Em 2004, esta última foi subdividida em três órgãos: a Divisão de Museus (DMUS), o Gabinete do Património Histórico e Cultural (GPAT) e o Gabinete de Arqueologia (GARQ) (Lima dos Santos & Al., 2005), e, desde então, funciona desta forma.

Na sua intervenção durante o VII Encontro Museologia e Autarquias (1998), Graça Filipe, chefe da Divisão do Património Histórico e Natural da Câmara Municipal do Seixal, comentou sobre o modo de gestão dos museus municipais da seguinte forma:

“a formula de gestão da Divisão/museu, integrada na gestão municipal, é compensadora porque através dela crescem recursos e meios não especificamente museais que, por si só, uma organização museal muito dificilmente poderia deter e que pesariam significativamente no seu orçamento e no seu próprio funcionamento. Este seria, alias, um dos aspectos que explicam, em parte, o dinamismo e a eficiência de muitos museus municipais. Mas esta formula também apresenta constrangimentos que não devem ser omitidos ou subavaliados. (...) O peso do funcionamento hierárquico e do sistema administrativo nem sempre corresponde a urgência das intervenções da salvaguarda do património e a sua especificidade, nem as exigências de recrutamento de pessoal adequado, nem a desejável gestão de carreiras e formação necessária”

Graça Filipe defende o que chama de “um sistema de complementaridade” através da aquisição de serviços exteriores e da colocação em prática de parcerias e de cooperação com os congéneres. Esta forma de gestão minimiza de facto as fraquezas e as limitações dos recursos internos museológicos, e apela às diferentes formas de recursos do município e/ou recurso a parcerias, sendo que os museus têm acesso aos mesmos recursos, o que representa um vector de qualidade ao nível da planificação da acção da DMUS. No entanto, não é necessário ocultar o peso do funcionamento tipicamente político destas administrações. A análise do modo de gestão mostra também que quando a iniciativa é privada, ela enfrenta problemas de custos financeiros para o seu desenvolvimento e precisa de um apoio institucional para obter um apoio financeiro. A existência de vários casos no Concelho demonstra a valorização das iniciativas das colectividades pelo poder político.

A distribuição geográfica demonstra uma distribuição desequilibrada dos processos e projectos museológicos, com a maior concentração nas zonas de Cascais e do Estoril, situadas na costa. É o resultado de uma dicotomia geográfica no Concelho:

litoral/interior, que se traduz numa divisão entre uma zona litoral, com uma vocação mais turística, estival, e uma zona interna essencialmente residencial.

Por outro lado, a segmentação litoral/interior é igualmente visível do ponto de vista sociodemográfico, como demonstra o estudo do Observatório das Actividades Culturais. As freguesias do interior possuem uma população mais jovem, mais numerosa, com taxas de escolarização inferiores às da zona litoral, e uma maior concentração de profissões no sector secundário. Esta situação é um real desafio em termos de políticas culturais (Lima dos Santos & Al., 2005).

Estão em curso projectos para abrir a oferta de museus e corrigir esta assimetria: trata-se do projecto do Museu do Vinho de Carcavelos, o projecto de musealização das grutas artificiais Alapraia em São Pedro do Estoril, e do projecto da Casa-Museu Reynaldo dos Santos na Parede. Por outro lado, a abertura do Moinho de Armação em Alcabideche, em 2007, ocupa lugar neste mecanismo de reequilíbrio.

Se a distribuição geográfica dos processos museológicos verifica uma forte interacção com a importante actividade local que é o turismo, parece igualmente que ela segue uma dinâmica positiva de procura de coesão social. Os investimentos feitos com vista à reabilitação de bens patrimoniais: Forte de São Jorge de Oitavos, Farol-Museu de Santa Marta, à reabilitação museológica: Museu do Mar D. Carlos I ou à criação museológica: Casa das História Paula Rego, não têm como único efeito um impacto económico, ligado, desta forma, à frequência turística. Estes investimentos podem e devem contribuir para a construção de uma identidade local, de uma visão partilhada, de um sentimento de pertença a um sistema local.

Identificámos os tipos de museus apresentados no Concelho, e, para o efeito, adoptámos a tipologia disciplinar do ICOM. Em primeiro lugar, no grupo de museus especializados, encontramos o Museu da Música Portuguesa, o Museu do Mar D.Carlos, o Museu da Associação Portuguesa de Coleccionadores de Armas, que levam a cabo as funções de conservação, estudo e divulgação das suas temáticas, num processo que atingiu a sua maturidade, e os museus das associações humanitárias dos bombeiros, que na procura da salvaguarda do seu património desenvolveram locais de exposição

que denominam de museus. Como demonstra Cristina Bruno, no seu artigo *Museology as a pedagogy for heritage* (Sociomuseology, Lisbon, 2007), estes últimos participam nos processos museológicos, uma vez que na base dos diferentes modelos encontramos os programas de salvaguarda e de comunicação que constituem o papel de preservação.

Em segundo lugar, na categoria "outro" são inventariados os espaços que sendo eles mesmos caracterizados como património assumem funções de divulgação cultural, patrimonial ou artística: o Centro Cultural de Cascais, Espaço Memória dos Exílios, Museu dos condes Castro Guimarães e a Galeria de Arte Montepio.

Os "monumentos/sítios" representam o terceiro grande grupo desta tipologia. Estes marcam o território e contribuem, como indica Mário Chagas (2007), para a criação de ícones da memória. Finalmente, na categoria "museu de arte" podemos encontrar A Casa das Histórias Paula Rego e a Fundação Aderita Amor.

Estes dados permitem-nos afirmar que existe uma diversidade significativa dos tipos de museus no Concelho, utilizando um património e colecções diversificados.

Adicionalmente, esta tipologia ajuda-nos a caracterizar as diferentes categorias de públicos, bem como as práticas e disposições particulares. De facto, a tipologia implica que o museu, tendo em conta a sua colecção ou o seu objecto, possui uma certa forma de existir, o que atrai públicos diferentes em termos de perfil sociodemográfico e cultural, e provoca no público uma percepção, um comportamento em conformidade com esta imagem (Carta OCIM, 55, 1998). A tipologia dos museus do Concelho de Cascais denota, neste caso, vários projectos de participação de uma população local à qual se destinam os sinais patrimoniais. Ela revela, também, a ambição de abordar um grande leque de participação que engloba o público de um museu de arte, de uma exposição de arte plástica, que se caracteriza por uma frequência fidelizada, mais exigente e crítica em relação ao conteúdo exposto; o público local é caracterizado por uma frequência familiar, comunitária, destinada a ser fidelizada; um público especializado;

A natureza dos processos e dos projectos museológicos do Concelho coloca também a questão do museu espaço de construção

de uma identidade e é reavivada a questão da ligação forte ao património monumental.

O estudo da origem das instalações e das colecções, bem como da utilização do meio da exposição permite melhor identificar os motivos da criação dos processos e dos projectos museológicos assim como as suas funções.

Metade dos processos museológicos ocupa espaços já existentes: é o caso da maioria dos processos provenientes de iniciativa privada, enquanto que mais de um terço destes espaços, na maioria sob tutela municipal, foi objecto de adaptações e foram construídos dois equipamentos. Esta realidade revela a existência de iniciativas municipais em matéria de valorização do património existente, e a concretização de projectos alternativos, tais como a construção da Casa das Historias Paula Rego e do Centro de Interpretação Ponta do Sal.

Por outro lado, os investimentos feitos em intervenções específicas, tais como a renovação de edifícios, novos edifícios, remodelação de espaços de exposição revelam o desenvolvimento do sector dos museus no território do Concelho.

Mesmo se os centros de interpretação e os centros de exposição não possuem colecções, participam no processo museológico de pesquisa, conservação, e divulgação de colecções por meio da exposição e/ou de actividades educativas e/ou de animação cultural.

Assim sendo, é possível encontrar maioritariamente no Concelho dois tipos de colecções museológicas: as colecções legadas e as colecções provenientes da pesquisa local, e que podem ser consideradas pela população como um património com as seguintes características:

- capazes de representar uma identidade local,
- capazes de apresentar um valor cultural,
- capazes de representar um projecto cultural,
- capazes de dar resposta às expectativas dos turistas

A CMC beneficiou de importantes doações na composição das colecções dos museus municipais: será que este facto pressupõe a possibilidade de uma utilização diferente dos recursos financeiros? No entanto, é necessário notar que a musealização destas colecções é um mecanismo afirmado da vontade de difusão cultural ao mesmo tempo que da vontade de preservação destas colecções legadas. Por outro lado, a diversidade de temáticas propostas pelos museus municipais, que resulta da diversidade destas colecções, reside nas competências que permitiram o estudo, a documentação e a divulgação com o objectivo de conhecimento: é a indicação de um compromisso institucional.

Nos casos de processos de tutela privada, a origem das colecções provém maioritariamente da recolha e da pesquisa locais efectuadas por grupos associativos activos no Concelho. Estas colecções são o resultado da vontade das populações, existem e desenvolvem-se graças ao envolvimento voluntário de alguns membros da comunidade.

A compreensão do mecanismo de produção dos processos e projectos museológicos ficaria incompleta sem mencionar o esforço central: tornar acessível o que é conservado, o que é preservado e estudado por meio da exposição. É notável que a escolha da exposição permanente da colecção do museu, de colecções e/ou a propósito da referência patrimonial como dispositivo fundamental de comunicação seja apresentada na maioria dos casos. As exposições temporárias só são apresentadas em 20% dos processos estudados – não nos estamos a referir às exposições temporárias que caracterizam espaços como o Centro Cultural de Cascais, a Galeria de Arte-Espaço Montepio e o Centro de Interpretação Ponta do Sal. A política das exposições temporárias que aumenta e fideliza os públicos merece, desta forma, ser repensada na maior parte dos espaços.

A presença identificada de diversos conceitos de exposição no seio dos processos museológicos do Concelho pode significar que são aplicadas soluções diferentes à procura colectiva local integrando também a procura externa turística. Este último aspecto está patente pela utilização quase sistemática da língua inglesa nos conteúdos expositivos dos museus municipais e nos sítios de Internet. Por outro lado, a presença de exposições numa procura única de preservação pode significar que para dar resposta a uma

procura colectiva existe uma carência de meios humanos que seria necessário colmatar para atingir uma abordagem otimizada.

Parece que o conceito de museu está bem inserido nas estratégias económicas, culturais, sociais e ambientais do Concelho de Cascais: a gestão das instalações e das colecções demonstra o incremento do sector dos museus na zona, e um trabalho profundo de criação e de construção de referências culturais, bem como de construção do conhecimento. Por outro lado, o sector dos museus, apesar de sofrer provavelmente de uma falta de recursos humanos, tomou consciência do seu papel social e vai, por meio da exposição, ao encontro da colectividade, sabendo que a sua actividade deve ser baseada nas necessidades e nos desejos dos seus visitantes (Sola, 1998). Finalmente, o conceito insere-se na política ambiental, através da participação do sector nos planos de ordenamento do território.

O estudo dos serviços educativos permitiu aperfeiçoar a caracterização do compromisso institucional. Eles são inseridos na organização da instituição, e os seus objectivos são os de propor e conceber programas pedagógicos e culturais destinados aos públicos alvo. Esses serviços estão presentes em cada museu que depende da DMUS e em cada espaço museológico se desenvolvem, igualmente, acções educativas. O estudo dos serviços educativos permite definir a sua acção, bem como os elementos educativos que disponibilizam, com vista à caracterização deste instrumento de diálogo entre o património e as comunidades.

A sua acção destina-se, prioritariamente, aos públicos jovens, nomeadamente escolares, no âmbito de uma relação dinamizada entre a escola e o museu, promovida pela Lei-Quadro dos Museus e por uma política local. Os objectivos dos serviços educativos são igualmente os de formar outros públicos: adultos e com necessidades especiais.

Os museus colocam em prática programas diferenciados de acordo com os públicos alvo, com uma escolha que privilegia os públicos escolares e juvenis, realidade que se insere numa tendência de política local. Adicionalmente, podem observar-se obstáculos possíveis ao desenvolvimento destes programas devido a

uma carência de pessoal, e devido a restrições orçamentais indicadas, de forma unânime, pelos respectivos responsáveis.

Os elementos educativos presentes nos programas dos museus incluem:

- o processo permanente de trabalho educativo centrado no património pela educação patrimonial,
- a promoção da utilização dos museus como recursos de educação ao longo da vida,
- a promoção de um diálogo entre o museu e o seu ambiente.

Descobertas

Convocar a população para processos museológicos implica converter um "produto" de elite numa propriedade comum. O desenvolvimento cultural é uma valorização dos recursos mentais e físicos do ser humano em função das necessidades de formação, de informação e de entretenimento, do ponto de vista da pessoa e da sociedade. A forma que adopta esta valorização varia de acordo com os critérios de diferentes centros de decisão. A escolha dos processos museológicos estudados no Concelho de Cascais pode ser entendida como uma forma de atingir um desenvolvimento local utilizando a valorização patrimonial e a participação da população? Neste caso, a política museológica do Concelho de Cascais obedece a uma estratégia de promoção de inclusão sociocultural?

Como definir a inclusão sociocultural em relação às práticas museológicas?

O relatório do grupo Group for Large Local Authority Museums (GLLAM), intitulado *Museums and Social Inclusion* (2000), insiste na dificuldade de definir claramente o papel do museu no domínio da inclusão social. O próprio conceito é difícil de estabelecer, uma vez que é utilizado e definido de diversas formas. Para além da falta de clareza do conceito de inclusão social, o relatório revela igualmente que quando os museus orientam a sua acção para a luta contra a exclusão social fazem face a uma ausência de reconhecimento institucional "o que leva a uma situação em que todo o trabalho efectuado é invisível" (GLLAM, 2000).

Segundo o relatório do GLLAM, as contribuições eventuais dos museus em termos de combate à exclusão social são construídas com base no reconhecimento do seu papel importante para o indivíduo, a colectividade, e a sociedade em matéria de desenvolvimento pessoal, de participação e de representação das comunidades. São igualmente a promoção de comunidades com melhor saúde, a valorização das realizações em termos de educação e a promoção da aprendizagem ao longo da vida, a luta contra o desemprego e a delinquência (GLLAM, 2000). Estes últimos quatro indicadores foram identificados na definição de exclusão social fornecida pelo governo Britânico.

Na publicação *Including museums. Perspectives on museums, galleries and inclusion* (2001), Jocelyn Dodd e Richard Sandell insistem nas características comuns da definição de exclusão social que são a sua natureza multidimensional, uma vez que ela aborda diferentes aspectos da vida, e o facto destas dimensões serem interdependentes. Nesta óptica, a função dos museus na luta contra a exclusão social situa-se na dimensão cultural, o que levou inicialmente os museus e as galerias a interpretar o seu papel na promoção da inclusão social como sinónimo de inclusão cultural procurando alargar o acesso aos seus serviços. Mais recentemente, o impacto que a inclusão cultural poderia ter noutras dimensões de exclusão foi objecto de uma atenção e de um exame mais aprofundados. Os museus que seguem esta via consideram o seu papel de forma diferente: a cultura, as artes, o património possuem um valor que existe mais em relação aos indivíduos, às comunidades e à sociedade (Dodd & Sandell, 2001).

A questão da luta contra a exclusão social faz parte da agenda política Portuguesa. Se considerar a estratégia da promoção da inclusão social definida pelo governo Português no documento *Estratégia nacional para a protecção social e a inclusão social – Portugal 2008-2010*, é possível identificar os seguintes indicadores para qualificar a luta contra a exclusão social:

- a valorização das realizações em matéria de educação, para luta contra o insucesso e o abandono escolar e a promoção da aprendizagem ao longo da vida,
- a luta contra a pobreza das crianças e dos idosos assegurando que

- usufruem de direitos de cidadão,
- a luta contra a "infoexclusão" promovendo o acesso à sociedade do conhecimento através das novas tecnologias de informação,
- a luta contra a exclusão de comunidades e de minorias étnicas,
- a valorização do desenvolvimento pessoal e da participação.

Nas apostas da Câmara Municipal de Cascais que incluem a valorização do território, colocando em perspectiva o património e a população, verificámos que os equipamentos museológicos municipais desempenham um papel preponderante. Seguindo o exemplo do GLLAM, podemos então tentar avaliar o impacto da acção museológica no Concelho de Cascais, baseando-nos na função e na responsabilidade sociais agora reconhecidas da instituição museológica, e caracterizar esta estratégia. Convém sublinhar os cinco domínios em que o museu pode ter um impacto na luta contra a exclusão: o desenvolvimento pessoal, a promoção da participação, a representação das comunidades de forma inclusiva, a valorização da educação e das realizações bem como a aprendizagem ao longo da vida, e a promoção do acesso à sociedade de informação, e que podem permitir interpretar a estratégia de utilização do património no âmbito de um objectivo de inclusão sociocultural.

No estudo, abordamos os diferentes indicadores da promoção da inclusão social com as temáticas da educação informal e da utilização das TIC, que constituem as técnicas de mediação fundamentais para alargar os objectivos sociais dos museus.

Educação informal: interpretação, exposições e serviços educativos

As acções museológicas não são apenas em relação a uma ou mais colecções. Utilizam recursos do museu para colocar em prática projectos colaborativos que procuram a partilha de informações e de competências, com a participação e associação com outros parceiros. As programações, a interpretação e as exposições são soluções que o museu desenvolveu para preencher a agenda da inclusão social.

A interpretação é uma abordagem inclusiva para representar o património, de forma a envolver o visitante, a incentivar a sua participação, e, desta forma, contribuir para desenvolver as suas competências com vista à sua descoberta e compreensão (Black, 2005). Ela fomenta, segundo Black, uma parceria igualitária entre o museu e os visitantes, e o conceito de visita como uma viagem, uma conversa entre o museu, o visitante e as colecções. Black desenvolve a ideia de que a aplicação destes princípios insere-se numa abordagem planificada que ele considera como processo condizente a uma estratégia.

Os processos museológicos do Concelho de Cascais fazem apelo a esta mediação, tais como o Museu-Biblioteca dos condes de Castro Guimarães, o Forte de São Jorge de Oitavos, o Farol-Museu e o Centro de Interpretação Ponta do Sal, que se inserem numa estratégia cuja finalidade é a requalificação do território: a conservação e a reabilitação do património arquitectónico, a valorização de um ambiente edificado agradável contribuem para colocar em prática uma imagem do território. O público, reconhecendo-se no mesmo, apropria-se dele para a construção de uma identidade local.

Por outro lado, desenvolver o interesse pela história local é também um objectivo desta mediação: é uma chave que permite explorar, partilhar e afirmar a mesma cultura, e que pode abrir a via ao surgimento ou à alteração do sentimento de pertença a um território: "o tema da imagem e identidades locais reúne material respeitante à percepção das pessoas sobre o local onde vivem, e como se relacionam com o mesmo e com outras pessoas que vivem nesse local". (Matarasso, 1997).

A promoção da apropriação do seu meio e da sua pertença por parte da colectividade local prova, desta forma, a utilização do património num objectivo de inclusão sociocultural. É uma estratégia que fornecendo marcos de identidade pode conduzir a uma cidadania activa.

Num passado recente, o núcleo da função pública do museu era a criação de exposições e a possibilidade de acesso às mesmas por parte do público. No museu do século XXI, a exposição faz parte da experiência do visitante e as funções do museu são apoiadas por

outros elementos que implicam uma visão proactiva, um enraizamento na colectividade, um apoio dos públicos e das comunidades, um compromisso para dar resposta às necessidades e expectativas dos públicos através de uma intervenção directa... (Black, 2005). Numa aposta centrada no visitante utilizador do espaço museológico, a exposição é a forma de fornecer diferentes categorias de experiências que permitem definir os tipos de experiências que o visitante considera satisfatórias. Desta forma, as exposições estimulam o desenvolvimento dos públicos, o que constitui uma etapa no processo de transformação da instituição museológica num agente de inclusão social (Black, 2005).

Existe, igualmente, um crescente reconhecimento do potencial do museu como agente de transformação social: "Existe agora um reconhecimento crescente de que o museu pode agir como um catalisador para uma transformação social positiva, que pode produzir um leque de resultados sociais, a nível individual e a nível comunitário, com vista à abordagem da desigualdade, discriminação e desvantagem sociais" (Sandell, 1998). Nesta procura, a exposição é o meio de comunicação por excelência: possui o potencial de estimular o desejo de conhecimento e de reconhecimento, de contar as histórias, de criar sentidos, de representar as diversidades das comunidades, dos meios, de validar uma pertença, uma cidadania, de promover a coesão social, a tolerância.

As acções museológicas cujo impacto social é verificado por meio das exposições são assinaladas no nosso estudo. As exposições baseadas nas colecções são o resultado de uma abordagem qualificada que integra as comunidades que os museus estudam para produzir as referências histórico-patrimoniais. Elas participam na valorização da memória social e da identidade cultural da comunidade.

As que não utilizam o património como origem, estabelecem o reconhecimento institucional do potencial do museu a desenvolver por meio de novos públicos e utilizadores. Por outro lado, o conteúdo destas exposições apresenta frequentemente temas ligados às populações em risco de exclusão.

Assim sendo, o meio pode constituir um poderoso vector de participação e conceber também o museu como um recurso ao serviço das comunidades, e como um poderoso utensílio de

comunicação. A luta contra a exclusão das comunidades, a valorização do desenvolvimento pessoal e a participação estão na origem de projectos e de acções museológicas locais, que utilizam a mediação da exposição.

Ao longo da análise, verificámos que a oferta dos museus do Concelho de Cascais em relação à educação é certamente diversificada, mas centraliza-se numa parceria com a escola e um público utilizador maioritariamente escolar. No entanto, existem exemplos que ilustram esta característica específica do trabalho museológico, que consiste na promoção da aprendizagem ao longo da vida e das realizações em matéria de educação. A possibilidade de aprender através das artes, de aprender fora de um contexto formal de educação com outras alternativas favorece o desenvolvimento pessoal. Através da experiência e do contacto directo com o património, a educação patrimonial constituirá um processo de conhecimento e de apropriação desta herança.

Estas actividades dão resposta às necessidades locais relativamente à democratização cultural e incentivam a participação e a valorização do indivíduo, que constituem os indicadores da luta contra a exclusão.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Numa primeira fase, os museus utilizam a Internet como um instrumento de marketing para a promoção das suas colecções, a apresentação da sua programação, e mais recentemente para permitir a disponibilização de informações e de recursos educativos e de espaços interactivos tais como fóruns, livros de comentários ... para os utilizadores. (Zorich, 1995). Se o sucesso devidamente estabelecido desta abordagem demonstrou, segundo Zorich, o interesse pelos museus e a presença de públicos, é necessário que os museus não se fiquem por aqui e promovam um modelo de trabalho em rede com os recursos integrados, o que pode representar enormes benefícios tanto para as comunidades que os museus servem como para os próprios museus.

A utilização da Internet por parte dos museus nestes últimos anos produziu novos mecanismos para o envolvimento dos públicos,

novos posicionamentos dos museus nos espaços virtuais de aplicação social: a rede social, para atingir grupos de utilizadores normalmente sub-representados (Bearman & Trant, 2008). Estes factores reconhecidos permitem, desta forma, aos museus oferecer não apenas um espaço de expressão para os públicos e para os utilizadores, mas também um espaço de diálogo.

Considerações

Os museus do Concelho de Cascais colocaram em prática inúmeros projectos e acções que visam a promoção da inclusão sociocultural das colectividades locais. Estas acções baseiam-se nas parcerias com as comunidades, tem como objectivo trazer o público aos museus, propiciam a construção de um sentimento de pertença e duma vontade de empenhar-se, permitem desenvolver redes de sociabilização, disponibilizam uma tribuna para a promoção da tolerância, do acordo intercultural, validam a contribuição duma comunidade, incrementam o contacto inter-geracional, revelam a percepção de grupos marginalizados, impactam o desenvolvimento pessoal, a maneira de sentir-se, estimulam a percepção das artes².

Muitas destas acções estão fortemente ligadas a uma colecção e ao património material, mas são guiadas pela vontade de encontrar uma via integradora que envolva a participação das comunidades e dos públicos. Estas acções produzem, igualmente, um efeito positivo, sem falar dos benefícios, e não existem razões para que as políticas não os tenham em consideração.

No entanto elas são conduzidas por indivíduos entusiastas e dedicados, cuja boa vontade é testada até ao limite.

Para que o impacto destas realizações seja durável, para que os museus e as galerias sejam mais eficazes no seu trabalho de promoção da inclusão sociocultural, parece necessário definir princípios de boas práticas, tal como propõe o relatório do GLLAM. O documento aponta então a importância de um enquadramento político para a inclusão que nos vários casos estudados, lidou á

² Esta lista está inspirada da lista formulada por François Matarasso no seu estudo *Use or ornament ? The social participation in the arts* (1997).

questão da função do museu e de seu papel social, em correlação a uma mudança das mentalidades e das práticas :

All museums emphasised the importance of commitment from the local authority, both in terms of formal documents but also informal support. Having a policy document in place helps to define what social inclusion means for the organization, its philosophy and working practices. A policy framework with associated strategies helps to embed inclusive values within the organization making inclusive work integral, and not bolt-on, to the museum's way of working. Developing a terminology and appropriate language around inclusion is very important as it can change the way in which staff perceive their role and that of a museum as a whole. It can also create a common understanding of social inclusion and communicate to others (p. 45).

O relatório ressalta a importância de uma hierarquia consciente que pensa em termos de inclusão social, pronta para imaginar abordagens diferentes na elaboração dos projectos nos museus e nas galerias, na procura de parcerias com as comunidades, os outros museus e organizações. É preciso ter em conta que a inclusão social é uma abordagem guiada por necessidades. Assim o relatório defende a organização de consultas, de encontros para que os museus sejam capazes de identificar as necessidades das comunidades que eles servem. Finalmente as instituições deveriam definir um quadro que permita conduzir avaliações dos seus próprios projectos com a participação das comunidades.

Estes princípios quando estão tomados em conta permitiram aos museus de desempenhar o seu trabalho com mais eficácia. Estas práticas comuns baseiam-se num discurso e numa acção que permitem alargar a compreensão acerca do papel social dos museus pelas comunidades e pelos funcionários, quebrando assim o isolamento das instituições e estabelecendo uma relação moldada pela comunicação e o diálogo.

Por outra parte, diferentes autores apontaram a importância de desenvolver estratégias para o museu : um tal trabalho propicia a reflexão sobre a sua identidade e permite ancorar a instituição no seu contexto de actuação plano estratégico deve então prever a definição dos contextos e dos objectivos dos museus assim como uma guia operacional para levá-los a cabo (Black, 2005) porque a

missão justifica a existência da instituição (Bruno, 1996). As dimensões de intencionalidade e de organização são de facto decisivas para construir uma estratégia (Santos, 1999).

O desenvolvimento dos museus ao nível local é o resultado da convergência de interesses democráticos, políticos e económicos, e a política museológica local em vários casos ligada com a personalidade de um autarca, um responsável tem imbricações frequentemente complicadas e subtis. A percepção que o poder político local tem dos museus é boa mais num universo liderado pela gestão a curto prazo das prioridades políticas e sociais, eles de repente não tem tanta importância. Os recursos humanos e financeiros estão fragilizados porque é difícil demonstrar um regresso do investimento. Apropriar-se de um conceito tão complexo como o conceito de inclusão social e da sua relação com os museus e galerias necessita provavelmente fomentar mais pesquisas e estudos para que seja introduzido na agenda política local.

O estudo desenvolvido na nossa dissertação de mestrado permitiu assim evidenciar a relação entre os museus do Concelho de Cascais e a promoção da inclusão social. Estas constatações permitem de facto defender uma implicação maior dos museus na implementação de políticas de luta contra a exclusão sociocultural, o papel da cultura sendo reconhecido como essencial para a contrição duma sociedade do conhecimento sustentável e solidária. Actuar com esta visão significa dar uma competência aos museus e galerias, elemento imprescindível pelo reconhecimento da sua liderança.

Consequentemente somos capazes de destacar três actuações possíveis no campo da museologia que são os seguintes :

- argumentar a favor duma implicação maior dos museus na implementação do conceito de inclusão social que é uma etapa para a construção da sociedade do conhecimento,
- promover a definição de boas praticas para que os museus sejam efectivos no seu trabalho inclusivo,
- promover o desenvolvimento de estratégias para os museus, o que permitirá ajudar a avaliar a coerência dos projectos e garantir a sua qualidade, para lhes atribuir os recursos necessários, tanto humanos como financeiros

Conclusão

“There is a long way to go before the apparently frivolous but actually essential role of culture is appreciated. Since what it is often described as the cherry on the cake is actually the yeast, it is not surprising that social schemes sometimes fail to rise expectations” (Matarasso, 1997, p.78).

Uma política cultural, quando possui os meios para subsistir, adquire inevitavelmente uma dimensão social. A acção dos museus insere-se nesta política com o reconhecimento do alargamento do conceito de património, e com a promoção da participação das comunidades na sua acção (UNESCO, 1998). Desta forma, com a noção de património cultural resultante do alargamento da noção de património, é colocada em prática uma das bases sobre as quais se pode apoiar uma museologia da acção.

Por outro lado, o museu possui o vigoroso poder de agir como um catalisador cultural (GLLAM, 2000), e trata-se de dotá-lo de utensílios para exercer a sua acção. Como assinala Richard Sandell, verifica-se um reconhecimento crescente no sector dos museus de que a instituição tem um papel a desempenhar na sociedade produzindo resultados no domínio social que contribuem para lutar contra as desigualdades sociais, as discriminações e as deficiências (Sandell, 1998).

A progressiva substituição do papel omnipresente do Estado-nação nas políticas públicas por modelos de parcerias e de partilha de responsabilidades, dá azo à necessidade da criação de respostas para a elaboração de conceitos tão complexos como a inclusão social, como a sua relação com o mundo dos museus.

Em 2005, o estudo conjunto do IPM e do OAC revelou que o modelo dominante do museu local é a estrutura municipal que tem como referência o território. Desta forma, o poder municipal é “uma variável decisiva no domínio das representações e das concretizações em matéria de política cultural, tendo em conta a generalização nas esferas de acção patrimonial e museológica” (IPM/OAC, 2005, p.35).

Através do estudo da política patrimonial, sendo a política museológica uma das suas vertentes, no Concelho de Cascais, e tentando compreender e interpretar a existência de uma relação entre o trabalho dos museus locais e a promoção da inclusão sociocultural, esta investigação tenta dar respostas em termos de estratégias e de formas de funcionamento político.

O nosso estudo baseia-se na caracterização da política museológica no Concelho de Cascais, analisando os museus municipais, os museus de tipo associativo, as galerias, os museus de fundações, os centros de interpretação, os projectos museológicos e os museus encerrados.

Este estudo foi efectuado através de uma abordagem qualitativa apropriada à pesquisa, uma vez que se trata de analisar o funcionamento de um fenómeno social – uma política patrimonial – recolhendo dados relativos à sua existência. Este estudo permitiu efectuar três constatações:

- o património é claramente identificado pela acção política como um factor qualificativo, e o campo museológico como um espaço de comunicação,

- a política museológica no território do Concelho de Cascais é planificada de acordo com determinados parâmetros que identificámos, e os museus municipais tornam-se numa aposta política a nível local,

- a questão da inclusão social é cada vez mais incluída nos programas museológicos, uma realidade resultante mais da vontade dos indivíduos envolvidos do que de uma política cultural e social local articulada.

Assim sendo, a influência da política patrimonial parece comprovada, mas a sua identificação não fornece a dimensão suficiente da sua adesão à promoção da inclusão sociocultural. No entanto, esta preocupação subentende a política levada a cabo e as inúmeras acções museológicas.

Como indica Santos (s/data), a construção de projectos museológicos através da participação dos indivíduos, é uma produção de conhecimento, um exercício de reflexão crítica, a prova da relação entre a teoria e a prática, é um compromisso. Este

compromisso pressupõe alterações nas práticas dos poderes públicos e das instituições, como sublinha o relatório do GLLAM.

Constatámos que o desenvolvimento dos museus locais é o resultado de diligências complexas, no âmbito das quais os discursos patrimoniais e museológicos se baseiam nas acções de construção de referências culturais e nas acções de preservação, de estudo e de conservação. A função social do museu é pensada mais em termos de divulgação e de educação do que num contexto de promoção da inclusão social. No entanto, a dinâmica insere-se neste contexto, uma vez que os efeitos sociais que ela produz combatem a exclusão social:

- as novas dinâmicas relacionais criadas em torno de um património requalificado contribuem para a coesão social,
- a articulação do museu e das instituições escolares contribui para a luta contra o abandono e o insucesso escolar, bem como para a valorização da educação,
- a participação das comunidades na definição dos projectos museológicos favorece o desenvolvimento pessoal dos seus membros e o desenvolvimento comunitário,
- a utilização do meio da exposição permite a partilha e a difusão de conteúdos que permitem conhecer a exclusão social e desenvolver os valores,
- a colocação à disposição de equipamentos culturais dotados de estruturas que permitem o agrupamento, estimula o “consumo” e a expressão cultural bem como as ligações sociais.
- No entanto, o estudo revelou também a falta de meios financeiros e humanos atribuídos aos museus, nomeadamente os museus municipais: financiamentos aleatórios, recursos humanos insuficientes ou inexistentes, que prejudicam os processos museológicos.

Desta forma, a questão que se coloca é a seguinte: o sucesso da realização de uma política patrimonial que utiliza os museus com um objectivo de inclusão sociocultural passa pela garantia da qualidade do serviço do museu? Se esta política estiver definida num plano director, este facto poderá permitir apreender o grau de coerência entre o projecto do museu, o projecto dos indivíduos, das comunidades e os projectos públicos locais. Uma tal abordagem

permitirá atribuir ao domínio dos museus locais os meios e os recursos de que necessitam para realizar os seus objectivos.

O estudo terá talvez permitido compreender uma realidade local que coloca a questão da realização de políticas patrimoniais, com a sua indispensável vertente social, e o papel que os museus podem desempenhar neste contexto. Esta questão apela a respostas em termos de colocação em prática de modo de funcionamento e de estratégias. É necessário:

- apelar a um maior envolvimento dos museus nas políticas sociais locais, e de trabalhar o modo de introdução e de avaliação desta prática nas organizações,

- definir claramente os museus como actores do desenvolvimento local. Neste caso, a estrutura é levada a cabo pelos eleitos, os habitantes, e os actores institucionais, o que lhes confere legitimidade e autonomia,

- dotá-los, desta forma, dos recursos necessários para que cumpram o seu mandato.

É necessário efectuar mais estudos e pesquisas para se conhecer a realidade museológica, para informar a comunidade museológica sobre as potencialidades da sua instituição, e para convencer os actores sociais em relação à realidade desta contribuição. A aposta realiza-se em vários níveis: manter e profissionalizar o mundo dos museus, ter em conta e valorizar os contributos realizados.

Referências Bibliográficas

- Actas do VII encontro nacional museologia e autarquias. (1998). *Ecomuseu do Seixal: das realizações aos problemas actuais*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal.
- Alves dos Santos, J., Soares Neves, J. (2005). *Os museus municipais de Cascais. Políticas culturais locais e património móvel*. Lisboa : Observatório das Actividades Culturais.
- Ballart Hernandez, J, & Tresseras, J. (2001). *Gestion del patrimonio cultural*. Barcelone : Ariel Patrimonio
- Bearman, D. (1995). Museum strategies for success in internet. [versão electrónica]. *Spectra 22 n°4* : 18-24. Consultada em 2010 no internet :

<http://web.archive.org/web/20010211004518/http://www.nmsi.ac.uk/infosh/bearman.htm>

Bearman, D & Trant, J. (2008). Technologies, like museums, are social. David Bearman and Jennifer Trant (eds.). *Museums and the Web 2008: Proceedings*. Toronto: Archives & Museum Informatics, 20084. versão electrónica consultada em 2010 no internet:

http://www.archimuse.com/publishing/mw_2008_intro.html

Black, G (2005). *The engaging museum*. London: Routledge.

Bruno, C. (1996). Museologia e Comunicação. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, n° 9. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Camara Municipal de Cascais (CMC). (1990). *Arquivo de Cascais. Boletim cultural do município n°9*. Cascais: CMC.

Chagas, M. (2007). Memory and power: two movements. In *Cadernos de Sociomuseologia* n°7. Lisboa : Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Dodd, J.& Sandell, R. (2001). Including museums. Perspectives on museums, galleries and social inclusion. [versão electrónica]. Londres: RCMG. Consultada em 2010 no internet :

<http://www.le.ac.uk/museumstudies/research/Reports/Including%20museums.pdf>

Group For Large Local Authority Museums (GLLAM) (2000). *Museums and Social Inclusion. The GLLAM report*. [versão electrónica]. Leicester: Research Center for Museums and Galleries. Consultada em 2010 no internet :

<http://www.le.ac.uk/ms/research/Reports/GLLAM.pdf>.

Instituto da Segurança e da Solidaridade Social. (2008). *Estratégia nacional para a protecção social e a inclusão social. Portugal 2008-2010*. [versão electrónica]. Lisboa : autor. Consultada em 2010 no internet :

http://www.mtss.gov.pt/preview_documentos.asp?r=1588&m=PDF

Lima dos Santos, M, Lima, M.J, Soares Neves, J. (2005). *Cartografia cultural do Concelho de Cascais*. Lisboa : Observatorio das Actividades Culturais

- Matarasso, F. (1997). *Use or ornament ? The social impact of participation in the arts*. [versão electrónica]. Comedia, The Round. Consultada em 2010 no internet :
http://www.comedia.org.uk/pages/pdf/downloads/use_or_ornament.pdf
- Primo, J. (1999). Museologia e patrimonio : documentos fundamentais. Organização e apresentação. In *Cadernos de sociomuseologia n°15*. Lisboa : Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Sandell, R. (1998). Museums, galleries and social inclusion. In: *Museum management and curatorship n°17*, p.401-418. Londres: Routledge.
- Santos, M.C. (1999). *Processo museológico : criterios de exclusão*. Texte présenté pendant la II Semana de Museus da Universidade de São Paulo, réalisé du 30 août au 03 septembre 1999.
- UNESCO. (1998). Conférence intergouvernementale sur les politiques culturelles pour le développement. Stockholm. Consultada em abril 2009 :
http://portal.unesco.org/culture/fr/files/35220/12290888581stockholm_actionplan_rec_fr.pdf/stockholm_actionplan_rec_fr.pdf
- Zorich, D (1995). Beyond bitlag: integrating museum resources on the internet. In: American Association of Museums. *The wired museum. Emerging technologies and changing paradigms*. (1997, 2nde éd.), p. 171-202), Washington DC: AAM